



POSSE RESPONSÁVEL E BEM ESTAR DE ANIMAIS NA REGIÃO DE MARINGÁ

Letícia Aline Lima Da Silva¹
Alessandra Rodrigues Ferreira²
Aline Gabrielle Menchini³
Ana Carolina Dos Santos Leite⁴
Assunção Isadora Gomes⁵
Camila Beatriz Da Silva⁶
Carolina Ferraz Gusmão⁷
Débora Ângela Da Silva De Paula⁸
Juliana Reine Formaggi⁹
Karolayne Lopes Silveira¹⁰
Kethellyn Araujo¹¹
Kimberly Chauenny Pinheiro Justiniano¹²
Laryssa Moura De Vicente¹³
Lorena Santos Terceiro Lopes¹⁴
Lorena Pettulym Santos Moura¹⁵
Luara Tiffany Batista De Oliveira¹⁶
Maise Caroline Barnabé¹⁷
Maria Eduarda Amadeu¹⁸
Otávio Henrique Silva De Paula¹⁹
Sabrina Rafaela Silva Ferreira²⁰
Thailanne Nunes Claudino Vitoria Tiemy²¹
Wendy Mara Santiago De Oliveira²²

¹ Graduada em Zootecnia, Mestre e Doutora em Zootecnia, professora do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

² Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

³ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁴ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁵ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁶ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁷ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁸ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

⁹ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹⁰ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹¹ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹² Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹³ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹⁴ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹⁵ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹⁶ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹⁷ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹⁸ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

¹⁹ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

²⁰ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

²¹ Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

²² Graduada em Medicina Veterinária no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.



INTRODUÇÃO

Os direitos dos animais trazem à tona que os animais tem direitos inerentes e que estes devem ser tratados com ética e consideração, respeito e dignidade, semelhante à forma como os seres humanos tem seus direitos constitucionais, contrastando com a visão tradicionalista de que os animais existem apenas para uso e exploração humana. Nesse contexto, os ativistas dos direitos animais lutam pelo reconhecimento dos direitos básicos dos animais, na busca de acabar com práticas que venham a causar danos, sofrimento e exploração.

Movimentos em prol dos direitos dos animais tem ganhado impulso ao longo dos anos, levando a uma maior conscientização pública levando à mudança de atitude em relação ao tratamento dado aos animais, no entanto, esta continua sendo uma questão delicada, complexa e controversa, com perspectivas variadas sobre a extensão dos direitos dos animais e as considerações éticas que permeiam as interações homem-animal, tais movimentos, neste cenário, buscam criar um mundo mais compassivo e ético, no qual os animais sejam tratados com a consideração e respeito que merecem.

Gregory Berns, professor de neuroeconomia da Universidade Emory (Geórgia, EUA), descobriu que os cães têm emoção, assim como os humanos. Resultados de exames de ressonância magnética no cérebro de doze cães mostram que eles usam a mesma parte do cérebro que nós para “sentir”: o núcleo caudado. Para Berns, os cães têm um nível de sensibilidade comparável ao de uma criança humana e essa capacidade sugere repensar a forma como tratamos os cães. Objetivou-se avaliar o perfil dos protetores independentes de Maringá e como funciona a adoção responsável, o bem estar animal e a conscientização dos tutores.

Metodologia utilizada



Elaboração do questionário e aplicação

Os alunos do primeiro ano do curso de medicina veterinária elaboram um questionário com 19 questões para ser aplicado entre os dias 09/10/2023 a 16/10/2023 para os protetores independentes de Maringá. Foram realizados 125 questionários que foram aplicados em feiras de adoção, prefeituras nos bairros e na casa dos protetores, com o intuito de fazer um mapeamento de quem são e quais os aspectos gerais de sua rotina, enquanto protetores. Buscou-se quantificar, por método estatístico, questões como: Idade; Gênero; Renda média; Grau de Escolaridade; se possui cadastro na prefeitura de Maringá; Tempo de atuação como protetor; Quantidade de Resgates Mensal; Vacinação; Vermifugação; Consultas com Médico Veterinário; Recreação dos animais; Arrecadação dos Recursos; local onde os animais ficam até serem adotados; Acompanhamento após a adoção; Devolução dos animais e requisitos para poder realizar a adoção.

Elaboração da Cartilha sobre Posse Responsável

Entre os dias 11 e 20 de setembro de 2023, foi confeccionada a Cartilha de Conscientização sobre posse responsável, com o intuito de levar informações a população em geral sobre o que é um protetor independente, sobre o abandono de animais e suas sanções legais acerca do ato de abandono, o que são animais domésticos e silvestres, os cuidados básicos com os animais de estimação e informações sobre castração.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal prevê, em seu art. 225, §1º, inciso VII, que caberá ao Poder Público o dever de proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei as



práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade. A Lei 9.605/98 estabelece, em seu art. 32, que praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos é crime ambiental punido com pena de detenção de três meses a um ano e multa. Apesar da existência de leis e princípios constitucionais que preveem penalidades administrativas, civis e criminais para aqueles que praticarem maus-tratos ou a crueldade em animais, a percepção da triste exploração animal ainda permanece ignorada pela maioria da sociedade e o que se observa é que existem conflitos de interesses, inclusive constitucionalmente, entre os animais não humanos e os humanos.

Nesse contexto de luta, estão inseridos os “Protetores Independentes de Animais”, que são indivíduos que se dedicam e atuam de forma voluntária, desvinculados de organizações formais, comprometendo-se a garantir o bem-estar dos animais, seu compromisso, embora enfrentem desafios significativos sejam eles financeiros, de conscientização da população, para achar bons adotantes. Por outro lado, essas pessoas produzem impactos notáveis na comunidade e na causa em geral.

O poder público não consegue dar conta da demanda de animais em situação de abandono e maus tratos e essa demanda reprimida acaba ficando a cargo dos protetores independentes que abraçam a causa sem receber recursos do poder público para tanto, isso faz com que estes necessitem buscar suas próprias formas de conseguir atender às necessidades dos animais que são resgatados por eles, tais necessidades vão desde alimento, vacinas, castração, atendimento veterinário, cuidados e medicações, instalações e achar bons lares para estes animais.

Dentro deste contexto, também, está inserido o Médico Veterinário, pois o abandono de animais é frequente no seu cotidiano e, muitas vezes, o profissional acaba, de certa forma, agindo como “Protetor”. O papel deste



profissional é o de informar e de educar a população a respeito da guarda de animais e orientar sobre a responsabilidade associada à sua aquisição. Evidências preliminares indicaram que a educação e o aconselhamento, antes e depois, da aquisição de um animal de estimação podem ajudar a reduzir o abandono.

É necessário um esforço conjunto da sociedade e dos Médicos Veterinários, para que, por meio da educação para guarda responsável, conscientização do problema e medidas diretas de contracepção cirúrgica, seja possível, inicialmente, a redução e finalmente o controle deste problema que afeta a todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as entrevistas, obtivemos dados que nos permitiram traçar um perfil geral dos protetores que tem idades entre: 18 a 20 anos com 0,8%, 21 a 30 anos com 0,08%, 31 a 40 anos com 36,8%, 41 a 50 anos 36,8% e 50 anos ou mais com 24,8%, o que nos mostra que 73,6% dos protetores independentes ficam na faixa dos 40 a 50 anos. Em termos de gênero, identificou-se que, em sua maioria, são mulheres com 72,8% das respostas e homens com 27,2% das respostas.

Em grau de escolaridade, podemos observar que, em sua maioria, possuem o ensino médio completo com 41,6% das respostas, seguido pelo ensino médio incompleto, com 26,4%, superior completo, com 25,6%, ensino fundamental completo, com 5,6% e ensino fundamental incompleto, com 0,8% das respostas. A renda média mensal é de até 2 salários mínimos, com 44,8% das respostas, seguido de até três salários, com 32%, até quatro salários mínimos, com 12,8%, até cinco salários mínimos ou mais, com 5,6% e até um salário mínimo, com 4,8%. Pode-se observar que o perfil dos protetores são



peessoas mais velhas, do sexo feminino com a escolaridade em ensino médio completo e tendo uma renda de até 2 salários mínimos, tendo assim um perfil de pessoas que, mesmo com baixa escolaridade e baixa renda, possuem um amor pelos animais o que os levam a se tornarem protetores independentes.

O tempo em que os protetores independentes se dedicam a causa animal também foi analisado e a média ficou entre 8 e 11 anos, com 33,6% das respostas, seguida de 12 a 15 anos, com 32,8%, 4 a 7 anos com 18,4%, 18 anos ou mais, com 11,2% e 1 a 3 anos, com 4% das respostas. O município oferece um cadastro para que os protetores independentes possam se cadastrar e ter acesso a um número ilimitado de castrações e que possam ter acesso a doações de rações que são arrecadadas em ações da prefeitura e Provopar. Para a realização deste cadastro, é necessário apresentar algumas documentações que incluem uma declaração assinada pelo médico veterinário, afirmando que este realiza atendimentos de forma contínua para o protetor, “avalizando” o cadastro do mesmo. Nesse sentido, foi questionado aos protetores quanto à realização deste cadastro, sendo que a maioria das repostas foi a de que não conseguiu toda a documentação necessária para a realização do cadastro. com 35,2% das respostas, seguida de optou por não fazer o cadastro com 32,8%, sim possui cadastro aprovado com 26,4%, desconhecimento do cadastro com 3,2% e fez o cadastro, mas ainda não obteve resposta com 2,4% das respostas. A prefeitura de Maringá oferece o suporte para os protetores, porém, a maior dificuldade de realizar o cadastro é a documentação exigida, que muitas vezes o protetor não consegue ou mesmo nem tenta devido a toda a dificuldade e prefere trabalhar por conta própria.

Considerando a crescente demanda de animais em situação de abandono e maus tratos no município, foi feito o questionamento de quantos animais em média são resgatados mensalmente, sendo a média de 0 a 10 animais com



73,6%, seguido de 11 a 20 animais com 24% e 21 a 30 animais com 2,4%. O número de animais resgatados ainda é muito alto na cidade de Maringá, o que sobrecarrega os protetores independentes e as ONG's, tendo uma dificuldade de conseguirem um lar para todos esses animais.

Após o resgate dos animais, é sempre necessária uma avaliação de seu estado de saúde, baseada nessa necessidade, também foi questionado aos protetores se os animais passam por consulta veterinária, sendo a média das respostas de que apenas os doentes e machucados passam por consulta veterinária com 88% das respostas, seguido de sim, todos passam por consulta veterinária, com 9,6% e eles não passam por consulta veterinária de imediato quando resgatados, com 2,4%. Sabendo também da necessidade do controle endo e ectoparasitas, foi questionado quanto à vermifugação e controle de carrapatos e pulgas, sendo a média das respostas, de que é feito o controle recorrente com 92% das respostas, seguido de sim, apenas, quando chegam, com 5,4% das respostas e, apenas se o cão ou gato apresentar sintomas de diarreia ou se está infestado de carrapatos ou pulgas, com 2,4% das respostas.

Outro aspecto importante é com relação à vacinação dos animais resgatados, visto que, sem as vacinas, os animais estão expostos a riscos tanto de contrair quando de transmissão de doenças graves que podem levar a morte. Na maioria dos casos, a média das respostas, apenas as necessárias, com 86,4% das respostas, seguida de realizado o esquema vacinal completo, com 9,6%, apenas quando necessário, para aquele momento, com 3,2% e não é feito o esquema vacinal, com 0,8% das respostas. No caso dos animais resgatados, não conseguem ser adotados em um curto espaço de tempo e o acolhimento destes durar mais tempo, foi feito o questionamento de como ficam a situação das vacinas anuais, sendo a média das respostas, sim, apenas as necessárias,



com 86,4% das respostas, seguido de esquema vacinal completo, com 10,4% das respostas e não é feita a vacinação anual, com 3,2% das respostas.

Considerando o bem estar desses animais, foi questionado quanto à recreação, sendo a média das respostas ficam soltos o dia todo com supervisão, com 68,8% das respostas, seguido de são soltos de uma a duas vezes por dia com supervisão, com 24,8%, eles não passam por este momento de recreação, com 4% e são levados para passeios em ruas ou praças, com 2,4% das respostas.

Os protetores independentes agem por sua conta nos resgates e não são custeados ou tem fonte fixa para manutenção dos animais que resgatam, pesando nisso, foi levantado o questionamento de onde vem os recursos para manutenção dos animais resgatados sendo a média de respostas, compra por conta própria com 90,4% das respostas, seguida de por meio de doações, com 86,4%, rifas com 52%, vaquinha on-line com 15,2% e apadrinhamento de animais, com 11,2%, salientando que cada protetor pode opinar em mais uma alternativa. Considerando os animais resgatados e onde estes ficam durante o período em que aguardam por uma nova família, questionou-se em que local ficam estes animais, sendo a média de respostas, com quem fez o resgate, com 45,6% das respostas, seguido de encaminhado para lar temporário remunerado, com 29,6%, encaminhado para lar temporário não remunerado, com 22,4% e encaminhado para amigos e parentes não envolvidos na causa animal, com 2,4% das respostas.

Com a adoção, o animal ganha uma nova família que assume a responsabilidade de cuidar, alimentar, dar suporte a todas as necessidades dele incluindo um bom local com condições de higiene e cuidados médicos quando necessário, além das vacinas, partindo do que é posse responsável, questionou-se sobre o acompanhamento desses animais após a adoção, sendo a média das



respostas que, sim, o acompanhamento ocorre durante os seis primeiros meses, com 52% das respostas, seguido de forma contínua e sem prazo definido, com 28%, somente durante o período de adaptação, com 16,8%, o acompanhamento é realizado de outra forma, com 1,6% e não é feito nenhum tipo de acompanhamento, com 1,6% das respostas. Ainda pensando no acompanhamento e coleta dos dados de quem está adotando um animal, foi questionado com relação ao preenchimento de formulário de adoção e, em caso de preenchimento, quais dados eram coletados, sendo a média das respostas que sim, com 52% das respostas, destes, como principais informações coletadas pelos protetores encontramos: nome, endereço, telefone, redes sociais e visita ao local onde o animal irá residir, seguido de não há formulário para adoção, com 48% das respostas.

Com as adoções, também, vem a preocupação do bem estar e continuidade da manutenção deste animal com sua nova família, sabe-se também que ocorrem casos em que a adoção de animais é feita por impulso ou por pressão de amigos e familiares e que em alguns casos devido à falta de consciência e informação desses novos tutores, os animais acabam sendo devolvidos. Considerando essas situações, foi feito o questionamento se existem devoluções dos animais adotados, sendo a média de respostas, sim, é frequente, pois, o adotante diz que o animal não se adaptou ou cresceu demais, com 50,4% das respostas, seguido de, em raros casos, com 44,8%, frequentemente, pois, mesmo com toda orientação, o adotante, muitas vezes, não pensa nos gastos e cuidados veterinários que o animal necessita e adota por impulso, com 31,2% e nunca ocorrem devoluções, com 1,8% das respostas.

Considerando as vivências e experiências dos entrevistados, questionou-se quais requisitos os adotantes devem cumprir para adotar animais, sendo esta uma questão livre e aberta à resposta por parte do entrevistado, como resposta



média, encontramos: Condições financeiras para manter o animal, local limpo e adequado, condições psicológicas, amor, carinho, levar o animal ao veterinário, concordância por parte da família, levar o animal para tomar as vacinas. Tais informações nos permitiram traçar um perfil médio do protetor independente sendo: mulheres, com idade entre 40 a 50 anos, ensino médio completo, com renda de até dois salários mínimos, fazem resgates entre 8 a 11 anos, não conseguiram toda a documentação necessária para ter o cadastro da prefeitura, fazem cerca de 0 a 10 resgates mês, levando os animais ao veterinário apenas quando acolhidos doentes e machucados, realizando controle de verminoses, carrapatos e pulgas, fazendo apenas as vacinas necessárias e de forma anual, os animais ficam soltos o dia todo de forma supervisionada, mantendo esses animais por conta própria ou por meio de doações. Após o resgate, elas próprias ficam com esses animais em suas casas e, após a adoção, fazem o controle por um período médio de seis meses, antes da adoção são preenchidos formulário com os dados básicos (nome, endereço, telefone), existindo uma grande parcela de adotantes que devolve os animais após algum tempo da adoção e este acaba retornando para essas protetoras e, para elas, os requisitos mais importantes para que se possa adotar um animal são: condições financeiras, psicológicas, espaço e amor.

CONCLUSÃO

Os protetores independentes são movidos por uma paixão intrínseca pela proteção dos animais. Seu compromisso é voluntário e desinteressado, impulsionado por uma empatia profunda pelos seres vivos não humanos. Muitas vezes, esses indivíduos atuam por conta própria, dedicando tempo, recursos financeiros e esforço pessoal para lidar com questões como resgate de animais abandonados. O trabalho desses protetores não está isento de desafios. A falta de recursos financeiros é uma barreira comum, limitando a capacidade de



fornecer cuidados adequados aos animais resgatados. Além disso, a sobrecarga emocional proveniente do confronto direto com situações de abuso animal e a luta contra sistemas legais, muitas vezes, ineficientes, pode resultar em esgotamento. A ausência de reconhecimento formal também pode ser desanimadora, levando os protetores independentes a operar muitas vezes nos bastidores, longe dos holofotes.

Apesar dos desafios, os protetores independentes têm um impacto substancial em suas comunidades locais. Seus esforços, muitas vezes, traduzem-se em vidas de animais salvos, ações bem-sucedidas e conscientização sobre a importância do tratamento ético dos animais. Além disso, a nível global, o trabalho desses protetores contribui para um movimento mais amplo em prol do bem-estar animal, inspirando mudanças nas políticas públicas e promovendo uma compreensão mais profunda da interconexão entre o bem-estar animal, ambiental e humano.

Os protetores independentes de animais representam a essência do ativismo voluntário, enfrentando desafios significativos enquanto deixam um impacto duradouro na vida dos animais e na conscientização da sociedade. Seu compromisso incansável não apenas salva vidas individuais, mas também contribui para uma mudança cultural e social em direção a uma coexistência mais ética e respeitosa com os seres não humanos que orientam nosso planeta. A conscientização é o melhor caminho, é necessário um esforço conjunto da sociedade e dos Médicos Veterinários, para que, por meio da educação para posse responsável, conscientização do problema e medidas diretas de contracepção cirúrgica, seja possível, inicialmente, a redução e finalmente o controle deste problema que afeta a todos.

REFERÊNCIAS



Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm,
Acesso em: 30/11/2023.

Brasil. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm, Acesso em: 30/11/2023.

Chalfun, M. Animais humanos e não humanos: princípios para a solução de conflitos. Revista Brasileira de Direito Animal. ano 4, n. 5 , p.125-157, jan./dez. 2009.

Daraya, V. Cachorros têm sentimentos como os humanos. Disponível em
<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/cachorros-tem-sentimentos-como-os-humanos-diz-estudo> Out/2013. Acesso em 30/10/2023.